

UM IDEÓLOGO DA BRASILIDADE EM SALA DE AULA: JUSTINIANO DA ROCHA, O PRIMEIRO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DO *IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO II*

*UN IDÉOLOGUE DE LA BRÉSILITÉ EN SALLE DE CLASSE: JUSTINIANO DA ROCHA, LE PREMIER
PROFESSEUR DE GÉOGRAPHIE DE L'IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO II*

MÁRCIO FERREIRA NERY CORRÊA

Graduado em Geografia (UFRJ) e Me. Geografia (UERJ)

Professor do Colégio Pedro II (Campus Tijuca II)

marciofncorrea@gmail.com

RESUMO: O PRESENTE ARTIGO É UMA CONSTRUÇÃO INTERPRETATIVA SOBRE COMO A INCLUSÃO DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO SE DEU NUM CONTEXTO SINGULAR, O DA FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL DURANTE O SÉCULO XIX. A DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE PARTICULARIDADES HISTÓRICAS CORROBORAM PARA A COERÊNCIA DE ALGUMAS PROPOSIÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO, ESPECIFICAMENTE ÀQUELAS QUE ASSINALAM AS PECULIARIDADES DOS ESTADOS TERRITORIAIS, DE PASSADO COLONIAL. ASSIM, ÀQUILO QUE PARECE SER APENAS UMA DESCRIÇÃO OU ANÁLISE BIOGRÁFICA E BIOBIBLIOGRÁFICA DE UMA PERSONALIDADE DO PASSADO TORNA-SE ELEMENTO DE REFLEXÃO PARA A COMPREENSÃO DO VERDADEIRO SENTIDO DEPOSITADO NO ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DO BRASIL OITOCENTISTA.

PALAVRAS-CHAVE: JUSTINIANO DA ROCHA; COMPÊNDIO DE GEOGRAFIA; COLÉGIO PEDRO II; FORMAÇÃO TERRITORIAL; ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO.

RÉSUMÉ: CET ARTICLE EST UNE CONSTRUCTION INTERPRÉTATIVE SUR COMMENT L'INCLUSION DE L'ENSEIGNEMENT DE GÉOGRAPHIE DANS LE CURRICULUM SCOLAIRE BRÉSILIEN S'EST PASSÉE DANS UN CONTEXTE SINGULIER, CELUI DE LA FORMATION DE L'ÉTAT IMPÉRIAL PENDANT LE XIXE SIÈCLE. LA DESCRIPTION ET L'ANALYSE DES PARTICULARITÉS HISTORIQUES CORROBORENT LA COHÉRENCE DE QUELQUES PROPOSITIONS THÉORIQUES À PROPOS DE LA FORMATION DU TERRITOIRE BRÉSILIEN, SPÉCIFIQUEMENT CELLES QUI SIGNALENT LES PARTICULARITÉS DES ÉTATS TERRITORIAUX, DE PASSÉ COLONIAL. AINSI, CE QUI PARAÎT ÊTRE JUSTE UNE DESCRIPTION OU ANALYSE BIOGRAPHIQUE ET BIOBIBLIOGRAPHIQUE D'UNE PERSONNALITÉ DU PASSÉ DEVIENT UN ÉLÉMENT DE RÉFLEXION POUR LA COMPRÉHENSION DU VRAI SENS ATTRIBUÉ À L'ENSEIGNEMENT DE GÉOGRAPHIE DANS LE CONTEXTE DU BRÉSIL DU XIXE SIÈCLE.

MOTS-CLÉS: JUSTINIANO DA ROCHA ; COMPENDIUM DE GÉOGRAPHIE ; COLÉGIO PEDRO II ; FORMATION TERRITORIALE ; ÉTAT IMPÉRIAL BRÉSILIEN.

INTRODUÇÃO

Certa feita o reconhecido sociólogo francês Pierre Bourdieu (1986) alertou para “a ilusão biográfica” como mero exercício do senso comum. A história pessoal de alguém perpassaria por vários

meandros que, em última instância, não condizem com a verdade científica. Em outros termos, a vida não seria uma sucessão de fatos num caminho predestinado, uma teleologia, com começo, meio e fim previamente determinados, como nos fazem muitas vezes crer biógrafos e romancistas.

Entretanto, por outro lado, quebrando um pouco a retórica do que seria praticamente uma filosofia da existência, ele assevera não ser possível nos furtar à questão dos mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência comum da vida como unidade e como totalidade. É talvez nesse sentido que propomos relacionar neste artigo a experiência única de uma personalidade com a totalidade social que o cercava. E nesse universo infinito da totalidade social, cabe aquilo que pertence à dimensão espacial e a tudo que a ela se relaciona, sendo isso o objeto primordial da Geografia.

Justiniano José da Rocha é um nome muito pouco conhecido no círculo dos estudos geográficos. Em verdade, ele só aparece citado por alguns poucos especialistas de História da Geografia Escolar, e ainda assim nada se sabe acerca de sua produção dentro dessa seara. Não é possível chamá-lo de geógrafo frente aos parâmetros de uma concepção moderna do termo, mas de um intelectual que também produziu, ainda que estritamente através de uma única obra, um conhecimento geográfico direcionado a um propósito específico, o da construção da brasilidade.

O caminho para avaliar o contexto e a produção desse intelectual começa em desvelar o fato de o personagem em questão ter sido o primeiro professor de Geografia e História do nascente Imperial Colégio de Pedro II. Mas sua importância enquanto personalidade do século XIX no Brasil não se limita evidentemente ao fato de ter sido professor do Colégio Pedro II, e sim por ter sido um dos maiores ideólogos da nacionalidade brasileira em tempos de formação do Estado Imperial Brasileiro.

A confluência de propósitos de inclusão do ensino de Geografia no currículo escolar e de formação de um Estado Nacional não é gratuita, particularmente quando passamos a entender a natureza intrínseca de um Estado territorial¹ tal qual foi o Brasil durante o seu processo de formação. E nessa encruzilhada, encontra-se destacadamente o Professor de Geografia Justiniano José da Rocha.

É com base nesse foco em análise que propomos apresentar nas próximas linhas as particularidades do Estado Brasileiro em formação; o papel destinado ao Colégio Pedro II enquanto aparelho de Estado; algumas de suas principais características durante o século XIX, incluindo a composição sucessiva da cadeira da disciplina Geografia durante esse período, bem como os livros de Geografia que ali foram adotados; e, por fim, uma breve análise da obra didática produzida por Justiniano da Rocha, na qual dados biográficos são destacados.

PARTICULARIDADES DE UM ESTADO EM FORMAÇÃO: UM BRASIL AINDA SEM BRASILEIROS

O processo histórico que antecedeu à independência brasileira se deu num contexto de gradual desmantelamento do pacto colonial junto à Metrópole Lusitana. Mais tarde, a fuga da Corte Real para o Rio de Janeiro, em 1808, suscitou inúmeras e substanciais mudanças no panorama político, social e institucional no Brasil, enquanto a referida cidade assumia um novo status.

Naquele momento o território correspondente à América Portuguesa condizia com o patrimônio herdado do período colonial. A própria continuidade da monarquia bragantina, após a independência, em 1822, permitiu o uso do argumento da soberania dinástica na legitimação do novo Estado e de seu domínio sobre o território herdado do período precedente. Mesmo emancipado, o Brasil permanecia como parte do patrimônio territorial da Casa de Bragança (MORAES, 2010).

Dentro do contexto de continuidade dinástica e patrimonial, o Rio de Janeiro testemunhou um acelerado crescimento, articulando-se com as atividades produtivas de outros locais, como Minas Gerais, São Paulo e as províncias do Sul. Nesse processo ficava cada vez mais evidente a ampla disponibilidade de espaços ainda não incorporados às dinâmicas de efetiva ocupação e uso², o que o geógrafo-historiador Robert Moraes (2010) denominou de fundos territoriais. Foi também nesse contexto que a historiadora Maria

Odila Dias (2005) assinalou a importância dos casamentos entre membros da Corte e filhos das principais famílias de cada localidade do interior, dos investimentos em obras públicas, em terras e em comércio de tropas e muars, tudo resguardado pelo nepotismo do monarca para a garantia dos privilégios da burocracia da Corte. Enraizavam-se, assim, na América, os interesses dos membros do governo metropolitano. Em suma, comerciantes, proprietários rurais, traficantes de escravos e burocratas comporiam a elite dirigente aglutinada em torno do aparelho de Estado sediado no Rio de Janeiro.

Essas informações históricas são de capital importância para ajudar a entender as particularidades do processo de emancipação política do Brasil em relação a Portugal. Esse processo em nada se atém ao que se convinha chamar de movimento nativista, como se a população alocada em terras americanas tivesse inato sentimento nacionalista. Como apontam Jancsó & Pimenta (2000), trata-se de ilações pelas quais se chega a conclusões não condizentes com a realidade. O processo seria, em verdade, marcado pelas divergências de interesses entre portugueses da Corte alocados no Brasil e portugueses da Metrópole Lusitana, conforme asseveram Dias (op. cit.) e outros, a partir de uma longa releitura historiográfica iniciada por Sérgio Buarque de Hollanda.

Em outros termos, o processo de emancipação do Brasil representa muito mais um efeito oriundo de algo equivalente a uma “guerra civil” do Estado Português do que um movimento nativista propriamente dito. Embora não tenha havido de fato uma guerra civil, houve um emaranhado de acontecimentos que desencadearam o distanciamento entre portugueses da Corte e portugueses da Metrópole, como a quebra do monopólio metropolitano após a abertura dos portos do Brasil para as nações amigas (1810), a crise econômica em Portugal em função da invasão napoleônica, a eclosão da Revolução do Porto e a respectiva tentativa de reintegração de posses territoriais do além-mar, tentando reconduzir o Brasil ao antigo estatuto de

colônia de Portugal.

A sequência histórica é conhecida, mas é importante enfatizar mais uma vez a particularidade de um Estado em construção sem a presença de uma nação definida: a elite dirigente alocada na Corte (Rio de Janeiro) reagiu imediatamente à tentativa de re-colonização. Tal elite, composta pela burocracia portuguesa aliada a proprietários de terras, a traficantes de escravos e a comerciantes, encontrou em Dom Pedro I um forte apoio no processo emancipacionista. Os laços de interesses que os reuniam reverberaram na firme vontade em se preservar a ordem escravista e a própria hegemonia política concentrada no Centro-Sul; todavia, foi na manutenção do domínio sobre os fundos territoriais que os propósitos de formação do Estado mais se afirmaram, a ponto de a nova autoridade estatal se autodenominar “Império do Brasil”, sendo esta uma designação que denota motivação expansionista (neste caso, expansionismo para dentro dos limites territoriais, para o interior, para os sertões, espaços desprovidos de vilas/cidades, estradas...). (MATTOS, 1994; MORAES, op. cit.)

A manutenção da abundância de terras sem dúvida foi um dos fatores que determinaram a necessidade de continuidade da mão-de-obra escrava. A elite dirigente ressentia-se de potenciais revoltas escravistas, bem como das resistências de diversas regiões em se submeterem a um governo centralizado no Rio de Janeiro. Não menos desassossegadoras eram as possibilidades de mobilização dos setores mais pobres da sociedade contra uma minoria abastada e politicamente forte. O amálgama desses fatores demandou da parte da referida elite um verdadeiro esforço de consolidação de um Estado forte, representativo de seus interesses.

Esse estado de coisas permite-nos dizer que a emancipação política brasileira em relação a Portugal foi fruto de articulação de uma elite dirigente local ávida por interesses específicos. Nesse sentido, o caso brasileiro de independência não guarda muitas semelhanças a outros projetos de formação nacionalista: a nação ainda não existia, o território sim. A não exploração/

incorporação deste último poderia suscitar a perda de soberania estatal e a consequente fragmentação, e como não existiam vínculos fortes entre as diversas possessões da antiga América Portuguesa, jamais se poderia falar na existência de uma identidade nacional comum a todas elas. Essa tarefa de construção ideológica da nação e do território uno e indivisível caberia a essa nova Corte, ora responsável pela constituição do Estado Imperial.

O PAPEL DA INSTRUÇÃO NA FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO

O processo de construção do Estado nacional brasileiro se deu através de uma teia bem organizada de iniciativas burocráticas e de elaboração de significativa argamassa ideológica, incluindo a ideologia geográfica. O receio pela desarticulação política e econômica como características herdadas do passado colonial do território orientava a condução do processo, particularmente porque, durante toda a primeira metade do século XIX, o Brasil fora palco de lutas entre a Corte e as diferentes representações políticas regionais.

Era intenção dos dirigentes imperiais manter a Ordem e difundir a Civilização como condição para dar maior coesão àqueles que constituíam a classe senhorial, tendo em vista a defesa de seus monopólios sobre terras e mão-de-obra (escravos). Foi nesse empenho que eles, como bem disse a historiadora da educação Selma de Mattos,

(...) forjaram instituições, copiaram outras, criaram um corpo de leis, esforçaram-se por difundir as Luzes. À maneira das 'Nações Civilizadas', deram particular importância à organização da Instrução Pública.
(MATTOS, 2000, p. 33)

Leis da época garantiam a Instrução Pública gratuita a todos os cidadãos, ou seja, a uma parcela ínfima da população, uma vez

que só os filhos da Boa Sociedade tinham esse direito. O governo do Império seria responsável por estabelecer colégios e cursos superiores, nos quais deveriam ser lecionados elementos de Ciências, Belas Letras e Artes, bem como haveria de zelar pela liberdade de ensino, permitindo a existência concomitante de escolas públicas e privadas. Em suma, disseminar a instrução, fiscalizar as escolas, escolher um método e encontrar mestres qualificados eram algumas das preocupações/atribuições dos dirigentes que se haviam imposto a tarefa de construir um Estado, ao mesmo tempo em que eram constituídos.

Foi nessa atmosfera de política cultural que desde os anos 1820 os cursos superiores e outras tantas instituições foram erigidas, sendo aparelhadas para produzir e reproduzir conhecimentos, valores, ideologias.

COLÉGIO PEDRO II OITOCENTISTA E BREVES COMENTÁRIOS SOBRE PROFESSORES E LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

O Colégio Pedro II foi fundado em dois de dezembro de 1837, pelo então Ministro interino de Negócios do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos, durante o Gabinete do regente Pedro de Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda. Ambos pertenciam ao Partido Conservador (um dos dois únicos partidos oficiais naqueles anos de regência), sendo a legenda responsável por forjar ideologicamente o projeto do Estado Imperial nascente.

Os conservadores compartilhavam a ideia de um Estado uno, centralizado, dotado de um forte aparelho político-gestor, em contraposição às ideias liberais de federalismo e descentralização. Naturalmente, por essa razão, o currículo prescrito no Colégio passara a servir de modelo oficial para todos os demais estabelecimentos de ensino secundário do país, ainda que, na prática, isso não se consolidasse (HAIDAR, 2008). Foi assim também, nesse bojo, que o Imperial Colégio foi batizado com o nome do representante do regime monárquico, que era figura simbólica de suma

importância para a garantia da integridade territorial e para a inserção do país recém-independente no contexto político internacional (MAGNOLI, 2002-2003). Todos os detalhes da fundação do Colégio foram minuciosamente pensados pelo próprio Vasconcellos (DÓRIA, 1997).

A Instituição incorporava uma série de novidades que viriam a caracterizar o ensino secundário da época, fazendo surgirem o ensino regular, simultâneo e seriado ao invés dos cursos avulsos existentes, a adoção de um modelo de currículo baseado na tradição das humanidades clássicas³, entre outras inovações. No plano interno, eram implementadas outras características que foram consolidadas ao longo dos oitocentos, como, por exemplo, a política de isenção de exames de admissão aos cursos superiores (Faculdades de Direito e de Medicina e Escolas Militares, Politécnicas) para alunos que obtinham, ao concluir o curso secundarista, o diploma de “bacharel em ciências e letras” do Colégio.

Desde o princípio o ensino de geografia foi julgado como oportuno para compor o currículo de inspiração francesa e de elementos do sistema de ensino prussiano e holandês (DÓRIA, op. cit.). Constituir-se-ia, assim, para os anos vindouros, uma tradição curricular pautada na contínua e ininterrupta presença da Geografia no ensino secundário, sendo os seus propósitos, pelo menos durante o período imperial, não outros senão o de locupletar a formação humanística dos alunos e inculcar-lhes a ideia de pátria.

Foi também nesse período de estruturação funcional que muitas obras didáticas estrangeiras passariam a ser inicialmente adotadas no Colégio, não sendo este o caso da Geografia, conforme veremos mais adiante, pois, desde os primeiros anos de funcionamento, os professores ocupantes dessa cadeira se preocuparam em substituir os compêndios de Geografia estrangeiros por outros de singular identificação nacional.

A Geografia no âmbito do Imperial Colégio se constituía em lições específicas distribuídas irregularmente entre algumas séries

do curso secundário (Cf. ROCHA, 2014), e foram ministradas, durante o período de 20 anos (1838 a 1858), pelo professor que ocupava a cadeira de História e Geografia. Ou seja, em 1838, primeiro ano letivo do Colégio, ao invés de haver um professor para as lições de Geografia e outro para as de História, havia um único titular de uma cadeira oficialmente denominada *Geographia e História Antiga e Romana*. Quem a ocupou inicialmente foi Justiniano José da Rocha, a convite do próprio Bernardo Pereira de Vasconcellos. Este último, em tempos de frequente instabilidade política durante o período regencial, contou com a pena colaborativa do então jornalista Justiniano, que publicava artigos no Jornal “O Cronista” em prol da causa conservadora, tendo sido ele próprio fiel à legenda até o final de sua vida. Foi assim que Bernardo de Vasconcellos garantiu ao aliado-panfletário um emprego de professor na embrionária instituição educacional (CARDIM, 1964).

Após Justiniano, que deixara o Colégio tão logo o gabinete ministerial conservador fora substituído por outro de maioria liberal, em 1840, vieram vários outros professores a ocupar a cadeira de Geografia e História, sendo que o nome da mesma mudou algumas vezes, até que em 1858 cada uma das disciplinas teve a sua própria cadeira, dividindo-se e dando início cada qual a uma cátedra exclusiva. A Cátedra de Geografia passou então a ser ocupada inicialmente pelo catedrático Pedro José de Abreu, um dos mais profícuos professores-autores de livros didáticos de Geografia do século XIX⁴, tendo a sua obra *Elementos de Geographia Moderna* a publicação de pelo menos oito edições (1863, 1867, 1870, 1871, 1875, 1879, 1882, 1885)⁵.

E para que o quadro de sucessão/ocupação da cadeira de Geografia ao longo do século XIX apareça completo, compilamos e ordenamos abaixo informações parcialmente inéditas e criteriosamente obtidas através de consultas a livros de matrículas devidamente arquivados no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM):

Quadro 1 | *Relação de professores de Geografia do Colégio Pedro II durante o século XIX*

Fontes: Livros de Matrícula do Colégio Pedro II, 1838-1852/1838-1856/1880-1890/1858-1909.

Organização: CORRÊA, Márcio F. N.

Professor	Período de exercício	Nome da cadeira/cátedra	Disciplina lecionada
Justiniano José da Rocha	1838-1840	Geografia, História Antiga e História Romana (1838-1840)	Geografia (1838-1840)
	1840	História Geral, História Pátria, Geografia e Cronologia (1840)	
Marcellino José da Ribeira Silva Bueno	1840-1842	História Geral, História Pátria, Geografia e Cronologia (1840)	Geografia descritiva (1841-1842)
Lino Antonio Rebello	1841-1849	Matemática	Geografia Matemática e Cronologia (1841-1848)
			Geografia Astronômica e Cronologia (1849)
Carlos Roberto (Barão de Planitz)	1842-1847	(Interino) Geografia e História	Geografia descritiva (1842-1847)
João Baptista Calógeras	1847-1849	Geografia e História (por concurso)	Geografia descritiva (1847-1849)
	1849	Geografia, História Média e Moderna, e História do Brasil	Geografia (1849)
Joaquim Manoel de Macedo	1849-1850	Geografia e História Antiga	Geografia Antiga (1849-1850)
	1850-1857	Geografia e História Moderna e Média	Geografia (1850-1857)
Camillo de Montserrat	1850-1855	Geografia e História Antiga	Geografia Antiga (1850-1855)
João Antonio Gonçalves da Silva	1855-1857	Geografia e História Antiga e Média	Geografia Antiga (1855-1856)
			Geografia e História Antiga (1857-1858)
Pedro José de Abreu	1857-1891	Cátedra de Geografia (Internato e Externato)	Geografia (1858-1891?)
			Geografia e Cosmografia (1862-1876/1882-1891)
			Elementos de Geografia (1877)
			Cosmografia (1878-1881)
			Noções de Geografia (1882-1891)
José Manoel Garcia	1870	(Interino) Português, Aritmética e Geografia do 1o ano do Externato	Geografia (1870)
Manoel Olympio Rodrigues da Costa	1874-1881	Português, Geografia e Aritmética do 1o ano do Externato	Geografia (1874-1889)
	1881-1889	Português, Noções de Geografia, Aritmética prática e Nomenclatura geométrica	
Carlos Maximiano Pimenta de Laet	1873-1891	(Concurso) Português, Geografia e Aritmética do 1o ano do Internato	Geografia (1873-1891)
José Zeferino de Meneses Bresser	1876	(Interino) Geografia e Cosmografia (Internato)	Geografia e Cosmografia (1876)
Francisco José Xavier	1876-1879	(Interino) Geografia e Cosmografia (Internato)	Geografia (1876-1879)
			Geografia e Cosmografia (1876-1879)
	1879-1892	(Concurso) Geografia e Cosmografia (Internato)	Geografia (1879-1892)
			Geografia e Cosmografia (1879-1891)
	1892-1893	Geografia (1o Externato)	Geografia (1892-1893)
			Geografia e Cosmografia (1892-1893)
Ernesto de Sousa de Oliveira Coutinho	1876-1879	(Interino) Geografia e Cosmografia (Internato)	Geografia (1876-1879)
			Geografia e Cosmografia (1876-1879)
Alfredo Alvarez de Azevedo Macedo	1876-1879	(Substituto interino) Geografia e Cosmografia (Externato)	Geografia (1876-1879)
			Geografia e Cosmografia (1876-1879)
João Maria da Gama Berquó	1879-1891	(Substituto por concurso) Geografia e Cosmografia e História	Geografia (1879-1891)
			Cosmografia (1879-1881)
			Noções de Geografia (1882-1891)
			Geografia e Cosmografia (1882-1891)
	1891-1894	Geografia (Externato)	Geografia (1891-1894)
			Noções de Geografia (1891-1892)
			Geografia e Cosmografia (1891-1894)

Evaristo Nunes Pires	1880	(Substituto interino) Geografia, Cosmografia e História	Geografia (1880)
			Cosmografia (1880)
	1891	(Interino) Geografia (Externato)	Noções de Geografia (1891)
			Geografia e Cosmografia (1891)
João Coelho Gonçalves Lisboa	1890-1893	(Substituto interino) Geografia e Cosmografia	Geografia (1890-1893)
			Noções de Geografia (1890-1892)
			Geografia e Cosmografia (1890-1893)
	1894-para além de 1900	(Catedrático) Geografia	Geografia (1895-1897)
			Geografia do Brasil e Cosmografia (1895-1897)
			Geografia (1898-1899)
Augusto Daniel de Araujo Lima	1893	(Interino) Geografia (Externato)	Geografia (1893) Geografia e Cosmografia (1893)
Alfredo Moreira Pinto	1894	(Interino) Geografia (Externato)	Geografia (1894)
			Geografia e Cosmografia (1894)
Carlos Jorge Saclaberry	1897	(Interino) Geografia (Externato)	Geografia (1897)
			Geografia do Brasil e Cosmografia (1897)
	1899	(Interino) Geografia (Externato)	Geografia (1899)
			Geografia do Brasil (1899)
	1900	(Interino) Geografia (Externato)	Geografia (1900)
Geografia do Brasil (1900)			

Ao longo do século XIX e, em particular, durante o Segundo Reinado, os livros didáticos, apostilas e mapas ou atlas adotados nas aulas/

lições de Geografia estão detalhadamente expostos no quadro abaixo:

Quadro 2 | *Livros didáticos de Geografia adotados ou recomendados para uso no Imperial Colégio de Pedro Segundo ao longo do século XIX*

Fontes: VECHIA & LORENZ (1998); Relatório do Ministério do Império apresentado à Assembleia Geral (1839).

Anos de Reforma	Livro, Atlas, entre outros.	Séries Escolares	Nome da Matéria
1838-1849	> "Compendio de Geographia", por Justiniano José da Rocha.	6o, 7o e 8o Anos (de 1838 a 1840)	Geografia
		2o, 3o, 4o, 5o, 6o e 7o Anos (de 1841 a 1849)	Geografia Descritiva
1850-1855	Oficialmente não há nenhuma prescrição de livros para esse período.	2o, 3o, 4o, 5o e 6o Anos	Geografia
		7o Ano	Geografia Antiga
1856-1857	> "Manuel du baccalauréaut" (ed. Última para uso dos leceus de Paris) > "Atlas Delamarche".	5o Ano.	Geografia e História Antiga
		6o Ano	Geografia e História da Idade Média
1858-1861	> Mapa Cosmográfico e Mapa Mundi muraes. > Atlas Delamarche	1o Ano	Geografia
		2o e 3o Anos	Geografia
1862-1870	> "Postillas" impressas do Professor (Pedro José de Abreu). > Atlas Delamarche. > "Postillas" impressas do Professor (Pedro José de Abreu). > "Postillas" impressas do Professor (Pedro José de Abreu).	1o Ano	Geografia
		2o, 3o Anos	Geografia
		4o Ano	Geografia e Cosmografia

1870	> "Elementos de Geographia moderna", por Pedro José de Abreu.	1o e 2o Anos	Geografia Descritiva
	> "Elementos de Cosmographia", por Pedro José de Abreu.	7o Ano	Cosmografia
1877	> "Pequeno Atlas Geral", edição de Alillaud.	1o Ano	Geografia
	> "Elementos de Geographia moderna", por Pedro José de Abreu.	3o Ano	Geografia
	> "Atlas Delamarche".		
1878-1881	> "Elementos de Geographia moderna", por Pedro José de Abreu.	1o e 2o Anos	Geografia
	> "Atlas Delamarche".		
	> "Elementos de Cosmographia", por Pedro José de Abreu.	6o Ano	Cosmografia
1882-1891	> "Pequena geographia", por Joaquim Maria de Lacerda (provisoriamente).	1o Ano	Noções de Geografia
	> "Geographia", por Pedro José de Abreu.	3o Ano	Geografia
	> "Geographia e Cosmographia", por Pedro José de Abreu.	4o Ano	Geografia e Cosmografia
	> "Atlas Delamarche".		

É bom ressaltar que muitas das obras didáticas de Geografia acima destacadas careciam de mapas no interior de suas páginas; ainda assim, no que tange à cartografia escolar, as obras indicadas nos programas curriculares ao longo do século XIX, como atlas ou caderno de mapas, por exemplo, também se encontram acima explicitadas.

O Quadro 2 não inclui obras de Geografia adotadas em outras disciplinas, apenas nas próprias lições da matéria. Esse é o caso da obra Elementos de Geographia, de Thomaz Pompeo de Souza Brazil, o Padre Pompeo, como era conhecido. Embora no frontispício de sua obra seja assegurada a notícia de que a mesma fora adotada no Colégio Pedro II, como de fato aparece nas recomendações dos programas de ensino de 1856, 1858 e 1862, suas lições não foram ministradas nas aulas de Geografia, mas nas de História Pátria (1856) e Corografia e História do Brasil (1858 e 1862) (VECHIA & LORENZ, op. cit.). E há nisso algo importante a ser salientado, posto que nessa época os professores de Geografia e de Corografia e História do Brasil eram de cadeiras distintas. E quem durante muito tempo ocupou esta última cadeira foi o famoso romancista Joaquim Manoel de Macedo, autor da obra literária A Moreninha. A corografia utilizada nas lições de história era um artifício de localização dos fatos históricos, isto é, palco do *fluir* histórico.

Para o caso das lições de Geografia, particularmente as previstas no Programa de

Ensino de 1862, a recomendação era o uso das "Postillas" do Cátedra de Geografia, Pedro José de Abreu, que as compilou mais tarde em obra denominada "Elementos de Geographia Moderna", publicada inicialmente nos anos 1860 (conforme já visto anteriormente) e recomendada oficialmente nos programas dos anos 1870, 1880 e, até, 1895.

Já no caso do Programa de Ensino de 1850 não há recomendação de obras didáticas, porém estudos recentes indicam que o Professor Frei Camilo de Monserrate (ou Jorge Estanislau Xavier Luís Camilo Cléau, religioso nascido em Paris e naturalizado brasileiro) chegou a publicar a obra Lições de Geographia antiga, em 1853 (Cf. SILVA, 2012), mesmo ano em que foi designado diretor da Biblioteca Imperial e Pública da Corte, o que o levou a deixar suas funções no Colégio Pedro II.

Nessa extensa lista de professores e de obras adotadas oficialmente no Imperial Colégio, destacam-se, portanto, os professores-autores da Instituição, na medida em que produziam o próprio conteúdo ensinado, e não apenas reproduziam. Esse foi o caso de Justiniano da Rocha.

JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA E SUA OBRA DIDÁTICA: COMPENDIO DE GEOGRAPHIA

A obra escrita por Justiniano da Rocha em 1838, e republicada em segunda edição em 1850, foi mencionada tanto por Bernardo Pereira

de Vasconcellos em sua política de incentivo à produção de obras nacionais durante a formação do primeiro quadro docente do Colégio Pedro II, quanto pelo próprio frontispício do livro, em que se encontra o trecho “Compendio de Geographia, offerecido ao Governo de S.M.I. em 1838 e por elle acceito para o estudo dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II” (Cf. Anexos). De fato, assim confirma o Relatório do Ministério do Império apresentado à Assembleia Geral: “O Bacharel Justiniano José da Rocha offereceu em manuscripto hum Compendio por elle composto para o ensino da Geographia no dito Collegio”⁶.

Vale ressaltar que a primeira edição da obra escrita por Justiniano fora objeto de crítica por parte dos políticos de oposição (Partido Liberal) que compunham a Assembleia Geral do Império. As críticas eram prioritariamente direcionadas à iniciativa do Governo (Gabinete Conservador) – ou seja, da Pasta dos Negócios do Império – ao transformar o antigo educandário-orfanato Seminário de São Joaquim em Imperial Collegio de Pedro II. Depois, todos os pormenores administrativos e pedagógicos do recém-fundado Colégio entraram no rol das críticas, inclusive a recomendação de determinadas obras didáticas consideradas depositárias de graves problemas.

Entre as obras criticadas havia uma, em particular, selecionada a dedo: “Compendio de Geographia”, de Justiniano da Rocha. Ora, Justiniano fora uma das personalidades mais polêmicas daquela época de formação e consolidação do Estado Imperial Brasileiro. Correligionário fiel do Partido Conservador até o fim de sua vida (em 1862), e por isso reconhecido por sua nítida orientação política⁷, Justiniano tinha vocação jornalística, apesar de advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, pondo o seu admirável talento⁸ na defesa dos valores conservadores de sociedade e de Estado brasileiros e tendo sido, por isso, segundo seu biógrafo Elmano Cardim, “uma indiscutível influência nos acontecimentos políticos que se desenrolaram no país” (CARDIM, 1964: 2). Foi assim que, em contato com nomes de relevo como os de Bernardo Pereira de Vasconcellos,

logrou cargos de destaque na máquina pública, como, por exemplo, o de Diretor do Correio Oficial e o de primeiro Professor de História e Geografia do Imperial Colégio, além de ter sido Deputado pela Província de Minas Gerais.

A primeira edição de “Compendio de Geographia” é objeto em extinção. As provas de sua existência encontram-se tanto nas atas das sessões do Senado⁹, quando é objeto de críticas, quanto no próprio prefácio da 2ª edição, cujo teor é uma resposta-desabafo de Justiniano às críticas recebidas:

Instalado o imperial colégio de Pedro II, em 1838, encarregou-me o seu fundador, o Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos, então ministro interino dos negócios do império, de nele ensinar geografia e história.

A falta de livros elementares em vulgar que auxiliassem as minhas lições, e que eram indispensáveis, especialmente atendendo à pouca idade e ao conseqüente acanhamento intelectual dos meus alunos, foi o primeiro obstáculo que encontrei. Para suprir essa falta, consultando mais a minha vontade do que as minhas forças, no meio das multiplicadas obrigações a que tinha de acudir. Em poucos dias apresentei um compêndio.

Não me guiará o espírito de lucro – o que muito avultado poderia ter colhido desse opúsculo –, e pois generosamente ofertei o meu trabalho ao governo: a oferta foi aceita, e uma edição do meu compêndio foi dada ao colégio de Pedro II.

Nunca tive em mira elogios e recompensas dos homens, mas sempre o pensamento de ser útil: o meu trabalho não me foi agradecido nem recompensado; de que porém foi útil é-me sobejo prova o ter ele por espaço de doze anos servido às lições de um colégio de primeira ordem, colocado sob a vigilância do governo, que nem sempre me tem sido amigo, e administrado por autoridades que me são mais infensas do que favoráveis. Se nem interesse, nem louvor, nem

agradecimento tirei do meu trabalho, de sobejo colhi desgostos, insultos e baldões. Não se me desculpou um só dos muitos erros que a precipitação do primeiro trabalho tornava inevitáveis; não se teve em conta o meu zelo, e até em razão dele fui deprimido, insultado... ficou-me só a consolação de ver que nem censores, nem detratores, nem insultadores, reconheceram que, já que o meu compêndio não prestava, fácil lhes era fazer outro, e deixar em justo olvido o meu temerário esforço.

Nada fizeram: e de o meu trabalho, com todos os seus erros e lacunas não houvesse existido, ainda hoje a mocidade brasileira estaria obrigada a mendigar insignificantes noções geográficas em um livrinho feito para os meninos das escolas primárias francesas, vertido em vulgar por um livreiro especulador de Paris.

Achando-se esgotada a edição que demos ao colégio de Pedro II, outra preparamos refundindo o nosso primeiro trabalho, completando-o e depurando-o de alguns erros que na primeira edição se introduziram. Como ainda continua a mesma falta de livros elementares, não já bons, porém ao menos sofríveis, que há doze anos se logra, e que talvez ainda por muitos doze anos se tenha de sofrer, ofereço à mocidade estudiosa este opúsculo: possa ele ser-lhe de algum proveito. (ROCHA, 1850)

O governo, “que nem sempre me tem sido amigo”, explica o contexto da época: a grande volatilidade dos cargos políticos e as constantes mudanças de legenda partidária. Justiniano era exceção na medida em que seu jornalismo político manteve lealdade ao Partido Conservador, sendo o seu talento reconhecido até mesmo pelos piores antagonistas, na medida em que tratava de problemas nacionais relevantes, aproveitando-se dessas ocasiões para doutrinar, pregar ideias, defender princípios, como o fez, por exemplo, em um de seus discursos panfletários mais conhecidos, Ação; Reação; Transação:

Duas Palavras Acerca da Atualidade Política do Brasil, publicado em 1855 (MAGALHÃES JÚNIOR, 2009). O conjunto de seu pensamento aparece em vários de seus escritos, inclusive em suaves pitadas na sua obra didática de Geografia. O que equivale dizer que a obra de Justiniano José da Rocha contém significativas doses de originalidade, e não somente cópia/ tradução de obras nacionais ou mesmo estrangeiras, apesar de a listagem de conteúdo abaixo (em ortografia original) sugerir o contrário:

LISTA DE ASSUNTOS DA 2ª EDIÇÃO (1850) DO “COMPENDIO DE GEOGRAPHIA” DE JUSTINIANO DA ROCHA¹⁰

PREFÁCIO

NOÇÕES PRELIMINARES

DIVISÃO DA GEOGRAPHIA

GEOGRAPHIA MATHEMATICA

COSMOGRAPHIA

DIFERENÇA DOS ASTROS

DO SOL

DOS PLANETAS

DA TERRA COMO PLANETA

MOVIMENTOS DA TERRA

SATELLITES; A LUA

DOS ECLIPSES

DOS COMETAS

ATTRACÇÃO E REPULSÃO

EIXO, POLOS, PONTOS CARDEAES

REVOLUÇÃO ANNUA DAS ESTAÇÕES

DURAÇÃO DO DIA E DA NOITE

CLIMAS DE MEIA HORA

CIRCULOS TRAÇADOS NA TERRA: ESPHERA

O EQUADOR

O MERIDIANO

O HORIZONTE

POSIÇÕES DA ESPHERA

DO ZODIACO, E DOS SIGNOS

DOS COLUROS

DOS TROPICOS, E DOS CIRCULOS POLARES

ZONAS

LATITUDE E LONGITUDE

LATITUDE NA TERRA

LONGITUDE NA TERRA

GLOBOS E CARTAS

LATITUDES E LONGITUDES NO GLOBO

DIFERENÇA NA EXTENSÃO DOS GRÁUS

DOS ANTIPODAS, PERIECIOS, E ANTECIOS

PRELIMINARES DE GEOGRAPHIA PHYSICA: A ATHMOSPHERA

PEZO DO AR, BAROMETRO

OS VENTOS
 VAPORES E MAIS FLUIDOS
 DOS METEOROS
 ASPECTO GERAL DA TERRA: DAS AGUAS
 MOVIMENTO DOS MARES
 DOS RIOS E LAGOAS
 DAS TERRAS: SUAS DIVERSAS FORMAS, E
 NOMES
 PRODUCÇÕES DA TERRA

PRELIMINARES DE GEOGRAPHIA POLITICA: O HOMEM

LINGUAS

RELIGIÕES
 GOVERNOS
 CIVILISAÇÃO

GEOGRAPHIA

DIVISÃO DA TERRA
 GEOGRAPHIA ANTIGA

ANTIGO CONTINENTE: A EUROPA

SUECIA E NORUEGA
 - Laponia
 DINAMARCA
 RUSSIA
 - Polonia
 PAYZES-BAIXOS
 - Hollanda
 - Belgica
 ALLEMANHA
 - CIDADES LIVRES, BAVIERA, E SAXONIA.
 - Baviera
 - Saxonia
 PRUSSIA
 AUSTRIA
 GRÃA-BRETANHA
 - Inglaterra
 - Escossia
 - Irlanda
 FRANÇA.
 SUISSA
 PENINSULA IBERICA
 - Hespanha
 - Portugal
 ITALIA.
 - Sardenha
 - Reino Lombardo-Veneziano
 - Toscana
 - Estados Pontifícios
 - San-Marino
 - Napoles, ou Duas
 - Sicilia
 - Malta
 GRECIA.
 ILHAS JONIAS

TURQUIA

ASIA

TURQUIA ASIATICA
 PERSIA
 ARABIA
 RUSSIA ASIATICA
 TARTARIA INDEPENDENTE
 AFGHANISTÃO
 - Beloutchistão
 INDIA ORIENTAL
 INDOSTÃO
 INDIA, TRANSGANGETICA, OU INDO-CHINA.
 CHINA.
 JAPÃO
 ILHAS ASIATICAS DO OCEANO PACIFICO

AFRICA.

BARBARIA
 EGYPTO
 COSTA ORIENTAL
 BOA ESPERANÇA
 COSTA MERIDIONAL
 COSTA OCCIDENTAL
 NIGRICIA
 ILHAS DA AFRICA

A AMERICA

IMPERIO DO BRAZIL
 REPUBLICA DO URUGUAY
 REPUBLICA DA ARGENTINA
 PARAGUAY
 CHILE
 BOLIVIA
 PERU
 COLUMBIA, VENEZUELA E EQUADOR
 GUYANAS
 PATAGONIA
 MEXICO
 ESTADOS UNIDOS
 NORTE DA AMERICA
 ANTILHAS OU INDIAS OCCIDENTAES
 PEQUENAS ANTILHAS

OCEANIA

AUSTRALIA
 POLYNESIA

ADVERTÊNCIA

A seleção dos conteúdos acima, bem como o tratamento que a eles foi dado, certamente reflete o contexto intelectual no qual Justiniano

estava inserido e a natureza da Geografia Clássica da época, pautada principalmente pelo teor descritivo de algumas de suas lições. Sobre o caráter intelectual, o autor em questão tivera sólida formação básica no curso de Humanidades do Collège Henri IV, na França, quando então foi enviado àquele país pelos pais, aos doze anos de idade, em, aproximadamente, 1824. A habilidade adquirida com o idioma francês foi capaz de ter-lhe facilitado o contato com obras estrangeiras, chegando mesmo a traduzir algumas delas, como a “Coleção de Fábulas Imitadas de Esopo e de La Fontaine, em prosa, para servir como livro de leitura nas escolas (...)” ou mesmo “História Antiga”, de Poisson e Cayx e “História Romana”, de Rezoir e Dumont, adotados no Colégio Pedro II. Na volta ao Brasil, cursou a Faculdade de Direito de São Paulo entre 1829 e 1833, saindo advogado, embora mais inclinado à labuta de jornalista. “Seu nome começa a aparecer no panorama nacional, quando, aos 24 anos, funda o primeiro jornal para o início da sua gloriosa carreira de imprensa”, O Atlante. (CARDIM, 1964, p.11)

Foi então como jornalista que Justiniano passou a despontar nos círculos políticos e a se inserir em cargos e posições de destaque. Assim, além de ter sido indicado para lecionar Geografia e História no Colégio de Pedro II, também fizera parte do primeiro quadro de sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), órgão fundado em 1838. Ali permaneceu sem se destacar demasiadamente nos anais dessa “confraria de ilustrados”. Porém, esse ambiente certamente lhe favoreceu o contato com os relatos de expedições de exploração ao território, com obras didáticas ou científicas de geografia de outros países e com tantas outras obras úteis disponíveis na biblioteca do IHGB, tudo amplamente divulgado nos relatórios da Seção de Geografia do Instituto, que eram publicados em sua Revista desde 1838. Isso significa dizer que o envolvimento de membros do mencionado Instituto à dinâmica da produção acadêmica do conhecimento (geográfico, histórico, etnográfico ou outros) não se constituía em regra para os sócios efetivos, contudo, participar de suas

assembleias fazia parte da programação social, em que a liturgia contava, inclusive, com a presidência do então Imperador Dom Pedro II. (SCHWARCZ, 1998; ANDRADE, 2007)

Talvez um grande destaque que Justiniano teve naquele âmbito acadêmico tenha acontecido quando ele foi nomeado, na 5ª Sessão, em 16 de fevereiro de 1839, para a função de parecerista ad hoc da obra “Le Brésil”, de Ferdinand Denis, publicada em 1837¹¹. Isso mostra o contato permanente do autor com atualizadas obras, nacionais ou estrangeiras, incluindo as de Geografia.

Além do ambiente acadêmico do IHGB, o contato de Justiniano com o âmbito político-administrativo lhe facilitava o acesso a dados atualizados da administração pública. Isso fica claro no final da obra “Compendio de Geographia”, quando, na seção “ADVERTENCIA” (reproduzida abaixo em ortografia de época), ele tece alguns esclarecimentos quanto a dados estatísticos encontrados no corpo da obra:

Para determinar a população do Brazil servimo-nos do mappa anexo ao relatorio do Exm. Ministro do império, apresentado este anno á câmara. Póde-se entretanto conservar a mais justa desconfiança dos seus Algarismos. – Todas as dadas numericas são extrahidas dos mais recentes documentos officiaes.

Para a população dos de mais estados, guiamo-nos por tractados geográficos que, escriptos em 1836, devem necessariamente estar hoje abaixo do numero exacto, especialmente para os da Europa; pois, como se sabe, a população desses estados vae anualmente augmentando.

De facto, o almanack de Gotha do anno passado, que se sabe quão accuradamente é feito, apresenta em todas as suas dadas relativas a população um grande excesso sobre os nossos números. Como todavia conservam entre si os nossos Algarismos uma tal ou qual relação, conservamo-los com essa advertência, e fácil será emendal-

*os, consultando o mencionado almanack.
(ROCHA, Op. Cit.)*

Muito além do trecho acima, há outros trechos do corpo da obra que explicitam a visão e a experiência peculiar de Justiniano sobre alguns assuntos, demonstrando a originalidade de sua obra e a sua intenção inculcadora na formação dos filhos da elite brasileira matriculada no Imperial Colégio. Nesse sentido, destacam-se alguns temas que podem ser comentados logo abaixo:

Geographia: a ciência da descrição da Terra

Justiniano começa sua obra apresentando o que chama de “Noções Preliminares”, uma ampla noção da Geografia da época, encontrada em outras obras didáticas, estrangeiras ou nacionais. Uma Geografia Clássica baseada no resgate do método descritivo de Estrabão (Geografia Descritiva) e na Geografia Matemática de Ptolomeu. É assim que o autor expõe a “Divisão da Geografia”:

Geographia é a sciencia da descripção da terra.

A terra póde ser considerada debaixo de varios aspectos: a descripção de cada um delles fórma uma parte da geographia; e sendo trez os principaes desses aspectos, segue-se que são tambem trez as partes principaes da sciencia.

1º. Ou consideramos a terra como parte integrante do universo, tendo afinidades e relações com o todo a que está ligada, e então é a sua descripção essencialmente dependente das sciencias mathematicas, e por isso chama-se geographia mathematica:

2º. Ou consideramos a terra em si mesma, cortada de rios, dividida por mares, abaixada em valles, levantadas em montanhas, povoada por animaes de toda a casta; e então chama-se geographia physica:

3º Ou finalmente consideramos a terra em relação com seu principal habitante, o

homem; retalhada em nações, governada por leis, costumes, religiões diversas; e chama-se então geographia politica.

Subdivide-se cada uma dessas divisões em tantas ramificações, quantos são os assumptos que abrange; a geographia physica v.g. divide-se em hydrographia, quando descreve as aguas, em chorographia, quando descreve as regiões; basta-nos porêm advertir que, de qualquer modo que consideremos a terra descrevel-a, achar-nos-emos sempre dentro de alguma das trez grandes classificações que havemos feito, e a que tudo se subordina. (ROCHA, Op. Cit.)

A Geografia Escolar oitocentista – considerada mnemônica e, portanto, enfadonha e passível de críticas –, passa a ser completada por conteúdos de teor mais analítico já na transição do século XIX para o XX. Ainda assim é evidente que muitos dos componentes curriculares da disciplina se constituíram em verdadeira tradição¹². É o caso de conteúdos como “Movimentos da Terra”, “Eixo, polos, pontos cardeais”, “Latitude e longitude”, entre outros, todos inseridos no que no século XIX denominava-se Geografia Matemática ou Cosmografia.

Os valores da ordem e da civilização na formação da nacionalidade e do território brasileiros

Alguns valores aparecem recorrentemente nos discursos conservadores durante o processo de formação do Estado Imperial Brasileiro. É o caso, por exemplo, daqueles representados nos termos Ordem e Civilização. Tratava-se de palavras utilizadas para antagonizar aos movimentos de descentralização político-administrativa defendidos pelos liberais, sendo normalmente contrapostas às ideias pejorativas de desordem e de barbárie (Cf. MATTOS, 1994; MATTOS, 2000). A apropriação desse pensamento se constituía em verdadeira doutrina para Justiniano, e perpassava tudo o que ele escrevia em tom panfletário. A natureza desse pensamento também pode ser identificada no “Compendio de Geographia” em

alguns de seus trechos. Assim, por exemplo, no tema referente a “GOVERNOS”, Justiniano tece os seguintes comentários:

Os governos dividem-se em quatro grandes classes primitivas: são monarchicos quando a autoridade está nas mãos de um só homem; são aristocraticos quando está ella confiada a uma classe especial privilegiada: theocraticos quando essa autoridade é exercida em nome de Deus e pelos sacerdotes: são em fim democraticos quando todos os cidadãos a exercem por si, ou a depositam nas mãos de seus escolhidos.

*Da combinação desses governos formam-se os governos mixtos, geralmente chamados constitucionaes representativos. **Entra nesta classe o governo de nossa patria.***

A superioridade desses governos, demonstrada pela razão e pela experiencia, não é hoje contestada senão pela irreflexão e pelo fanatismo politico.

*Uma sociedade de homens que vive debaixo do mesmo governo, tem o nome de **nação**; o **territorio** que uma nação occupa, quando seu governo é monarchico, chama-se reino ou império; quando democrático e aristocratico chama-se republica: se é mixto, toma o nome de elemento preponderante.*

(Grifos nossos)

Nota-se nitidamente a defesa de Justiniano pelo regime monárquico em contraposição a todas as formas de governo, sobretudo, à forma republicana, tão requerida pelos representantes liberais de todo o Brasil e, por essa razão, vista como ameaçadora à unidade nacional. Há a esse respeito, inclusive, uma severa vocação em desbaratar as ideias liberais da época ao reunir no regime republicano dois atributos contraditórios: “democrático e aristocrático”; em outras palavras, a república supostamente requerida no Brasil teria o fácil discurso da democracia em nome de um governo de poucos (aristocracia ou... elites regionais).

Por outro lado, uma Monarquia

Constitucionalista como era a do Brasil, considerado um governo misto e, portanto, supostamente melhor por reunir a tradição da monarquia com a necessidade da “democracia”, toma a designação “do elemento preponderante” (“Império” do Brasil), enfatizando o caráter poderoso do território ocupado por uma nação e pela tradição dinástica.

Entretanto, a nação estava por se fazer, e os valores que a constituíam não poderiam se dissociar da ideia de civilização, até porque, para o pensamento conservador daquele contexto, a barbárie estava à espreita e comumente se “encontrava” nos sertões do país, que não eram propriamente um lugar circunscrito, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares, uma realidade simbólica, uma ideologia geográfica, cujo discurso valorativo referente ao espaço é qualificado conforme a mentalidade reinante e os interesses vigentes¹³. Então, qualificar os sertões (os fundos territoriais...) era o primeiro passo para resgatá-los à civilização. Não havia estratégia melhor do que a de disseminar tal ideia no ambiente onde os filhos da classe dirigente estudavam, ficando assim a elaboração daquele discurso no livro didático:

As nações ou são sedentarias, vivem fixas n'um território em que exercem o complexo de todas as industrias, ou são nômas, e andam vagando pelos sertões: as nações nômas são caçadoras ou pastoras, quando á caça que matam, ou ao gado que criam demandam a sua principal subsistencia, no primeiro caso acham-se os indígenas americanos, no segundo os Tartaros da Asia. No estado primitivo das associações humanas, o homem semelhante ás feras, só reconhecia o predomínio da força: pouco a pouco obrigado pela necessidade á intelligencia, e esta foi ganhando conquistas, e extendendo seu poder. Dahi a gradação da civilisação: quando impera a força bruta o homem é bárbaro, e se vive nos mattos, selvagem: e pelo contrario tanto mais civilizado será, quanto maior predomínio dér á

intelligencia e aos gozos que ella ministra.

Esse recurso mais indireto utilizado por Justiniano aparece com ainda mais vigor quando o autor caracteriza o Império do Brasil. Assim, no que tange a descrição do país, Justiniano menciona como o “interior” (cuja equivalência seria “sertões”) contrasta com os núcleos civilizatórios, a exemplo do Município Neutro (Rio de Janeiro):

O interior do imperio ainda está occupado por varias tribus indigenas que não tem sido possivel chamar á civilização e acostumar ás artes uteis da vida : incerto é, não só o numero dos membros que compõem cada tribu, mas tambem o numero dessas tribus ; apenas é conhecido o nome de algumas, o lugar de suas residências, e um pouco de seus costumes. Nomadas e barbaros, desconhecem quasi todas as artes da vida; e senão fôsse a abundancia immensa de productos do nosso uberrimo terreno, a miseria em que vivem, mais do que as avidas paixões do homem civilizado, já os teria extincto.

Essa caracterização enganosamente despretensiosa, indica a construção da ideia de necessária ocupação/apropriação do território e da incorporação de um debate que ficaria em voga nas sessões do IHGB por um certo tempo: a importância de inserção dos indígenas na construção da nação brasileira (KODAMA, 2009).

Outros elementos polêmicos do pensamento de Justiniano aparecem em outras partes da obra.

O Cristianismo como única religião verdadeira

Um dos traços do pensamento conservador de origem ibérica qualifica a religião Católica como a mais verdadeira. Sem dúvida, o regime de padroado inserido desde antes do princípio do processo expansionista português fez com que os poderes monárquico e religioso se fundissem (ou confundissem...), acabando por influenciar a

natureza do Estado Brasileiro. Tal condição se contrapõe ideologicamente à liberdade de credo e religião – embora nem sempre de forma enfática. Nesse sentido, na obra didática de Justiniano, o juízo de valor prepondera no trecho que apresenta as “Religiões”:

PRELIMINARES DE GEOGRAPHIA POLITICA: O HOMEM

A religião e a sciencia nos asseguram que o homem pertence a uma só familia, bem que circunstancias inexplicaveis tenham introduzido notaveis variedades, que dividem em raças a grande familia humana, segundo suas origens, côres e feições distinctivas. O homem é o principal habitador da terra. Divide-a elle, modifica-a, liga-a; emprega e regula as suas forças productoras; e assim com o seu trabalho intelligente e activo domina-a e a engrandesce, para mais assombrosa manifestação do poder e da grandeza do seu Creador. (...)

RELIGIÕES

As diversas religiões ou são polytheistas, ou monotheistas. São polytheistas as que admitem mais de um Deus, como o paganismo dos Gregos e Romanos antigos, e ainda hoje a idolatria dos povos bárbaros. São monotheistas as que admitem um único Deus.

*Trez são as principaes religiões monotheistas. O mahometismo ou islamismo, fundado sobre os livros sagrados do **pseudo-profeta árabe, Mahomet**; estende essa religião o seu domínio por quase toda a Asia e norte da Africa.*

*O judaísmo, religião revelada por Deus a Moysés, e **que teve de ceder à lei da graça, o christianismo.** (...)*

*Em fim o christianismo, **essa religião a unica verdadeira**, que fundada pelo Redemptor dos homens na Judea, estende-se hoje por toda a terra, e domina especialmente na Europa e na America. Divide-se o christianismo em trez grandes ramificações: 1º o scisma*

grego, seguido geralmente na Grecia e na Russia; 2º o catholicismo romano, que é entre nós a religião do estado, e em fim 3º o protestantismo, que se subdivide em varias seitas, como a luterana, a calvinista, a anglicana, etc. (Grifos nossos)

Naquilo que diz respeito ao primeiro trecho (“Preliminares de Geographia Política: o Homem”) chama-nos a atenção a importância dada à atividade humana no processo de modificação de seu meio; o professor-autor chega a esboçar uma breve reflexão “teórica” sobre a relação sociedade-natureza justificada pelo pensamento religioso predominante.

O trecho acima é completado com outro, ao descrever características religiosas do Brasil:

A religião catholica apostolica romana é a do estado, e a de quase todos os Brasileiros; são todavia toleradas todas as religiões, e protegido o seu culto, com tanto que seja em edifícios destituídos de signaes exteriores do seu destino.

Enfim, esses e outros temas abordados por Justiniano em sua obra são passíveis de análise tendo em vista os conceitos e valores de seu tempo, essa tarefa, por hora, termina por aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os argumentos delineados ao longo deste artigo procuram colaborar para a compreensão do sentido dado ao ensino de Geografia no âmbito do Colégio Pedro II oitocentista e, de certa forma, o tanto quanto possível, em todo o ensino secundário no Brasil do século XIX. Esse exercício de pesquisa e análise não foi solitário, pois tema dessa natureza não pode prescindir de significativas contribuições precedentes de outros pesquisadores¹⁴.

Nós enfatizamos a tese de que a natureza específica da formação do Estado Brasileiro endossou a necessidade da construção de discursos ideológicos que reverberam nas leis,

na imprensa, nas obras e, também, na sala-de-aula. E essa compreensão ganha ainda mais força quando conhecemos a atuação de um personagem que transita direta e fluidamente entre os universos da formulação ideológica e do ensino. É nesse sentido que justificamos o título deste artigo, porque não existe nada mais enfático do que a presença de Justiniano José da Rocha nessa história da geografia escolar e na história do território brasileiro.

NOTAS

¹ Esses tipos de Estados são de passado colonial, e tal condição permite dizer que a contínua conquista de espaços tornara-se o motivo de ser do projeto colonizador. “O apetite territorial [seria] o elã da comunidade de interesses que impulsionou esse processo, seu elemento básico de identidade, sobre o qual, em muitos casos, vão apoiar-se os movimentos de emancipação e de afirmação da unidade política. Enfim, em tais países, Estado e territórios são termos de uma mesma equação, a que introduz a questão nacional”. (MORAES, 2008, p. 79).

² Aqui cabe bem o conceito de “Território usado” formulado por Milton Santos (1998).

³ Cf. Chervel & Compère (1999) para maior compreensão de tal tradição.

⁴ Em outra oportunidade contaremos essa história.

⁵ Após pelo menos a 2ª edição, a obra passou a ter o título Elementos de Geographia e Cosmographia.

⁶ Relatório do Ministério do Império apresentado à Assembleia Geral (1839, p. 16). Nos Programas de Exame publicados pelo Colégio Pedro II em 1849 e em 1850 não há recomendação oficial da obra, porém, o comentário de Justiniano na 2ª edição da obra publicada assevera que a mesma teria servido ao Colégio ao longo de 12 anos, ou seja, de 1838 a 1850, pelo menos. Acredita-se também que o então professor da ocasião, Joaquim Manoel de Macedo, admirador de Justiniano (Cf. CARDIM, Op. Cit.), teria mantido o uso da mesma durante o tempo em que esteve sob a regência das lições de Geografia, ou seja, entre 1850 e 1857. Mas isso é uma hipótese.

⁷ Verdadeiro “Intérprete de um partido, sem nunca haver abandonado as suas fileiras (...)”. (CARDIM, 1964, p. 1-2)

⁸ Segundo Barão do Rio Branco, “Foi o primeiro dos jornalistas brasileiros do seu tempo”. (CARDIM, 1964: 6)

⁹ Particularmente na Ata da Sessão de 8 de outubro de 1839 aparecem críticas mais severas provenientes do Marquês de Paranaguá, apontando a ineficácia de certos compêndios adaptados ao Colégio, como os de Geometria e de Geografia. Os historiadores

Maria Haidar (2008) e Escragnole Doria (1997) também assinalam o episódio.

¹⁰ É importante salientar que a obra em análise não possui sumário, e suas páginas não são numeradas.

¹¹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838).

¹² O que Chervel (1990) chama de vulgata.

¹³ Cf. texto O sertão: um “outro” geográfico na obra “Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica”. (MORAES, 2009)

¹⁴ Entre as quais fazemos justa referência aos vários pesquisadores da história da geografia escolar, como Bernardo Issler, Vânia Vlach, Genylton Rocha, Maria Adailza de Albuquerque, entre outros.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Vera Lúcia Cabana. Historiadores do IHGB/catedráticos do CPII. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, ano 168. n. 434 jan./fev. 2007.
- BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographie. **Revue Scientifiques**, Lion, França. v. 62-63, p. 69-72, jun., 1986.
- CARDIM, Elmano. **Justiniano José da Rocha**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964 (Série Brasileira, volume 318). 146p.
- CHERVEL, André. A história das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.
- CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.25, n. 2 jun./dez. 1999.
- DIAS, Maria Odila Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.
- DÓRIA, Luiz Gastão D'Escragnole. **Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo – 1837-1937**. Brasília: INEP, 1997. (1ª ed. 1937).
- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Brasil Império**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- JANCSÓ, István & PIMENTA, João P. G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, C. G. (Org.) **Viagem Incompleta**. A experiência Brasileira. São Paulo: Senac, 2000.
- KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil**. A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. São Paulo: Edusp, 2009.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Três panfletários do segundo reinado**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.
- MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, anos III-IV, n. 4-5, p. 27-44, 2002-2003.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.
- MATTOS, Selma de. **O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo**. Rio de Janeiro: ACCESS, 2000.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008. 154p.
- _____. **Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009. 152p.
- _____. Nação e território: ideologias geográficas na formação histórica do Brasil. In: SOUZA, Maria das Graças (Org.). **Rumos da cidadania: a crise da representação e a perda do espaço público**. São Paulo: Instituto Prometeus, 2010. p. 59-72.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ROCHA, Genylton O. O Colégio Pedro II e a institucionalização da geografia escolar no Brasil Império. **Giramundo**: Revista de Geografia do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15-34, jan./jun. 2014.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.) **Território**: globalização e fragmentação. 4ª ed. São Paulo: 1998. 332p. p.15-20

SILVA, Jeane, M. da. **A bibliografia de geografia**: história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814-1930...). 394 f. Tese (Doutorado em Geografia)—Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951. Curitiba: Edição do Autor, 1998.

FONTES HISTÓRICAS

Livros

ROCHA, Justiniano da. **Compendio de Geographia**. Rio de Janeiro: Typ. do Brasil, 1850.

Revistas

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838)

Livros de Matrícula do Colégio Pedro II:

Livro de Matrícula dos Empregados do Collegio Pedro II – 1838-1852.

Livro de Registro dos Títulos de Nomeação e de Licença do Pessoal Administrativo e docente do Collegio de Pedro II – 1838-1856.

Livro de Assentamentos dos Empregados do Collegio Pedro II – 1852-1856.

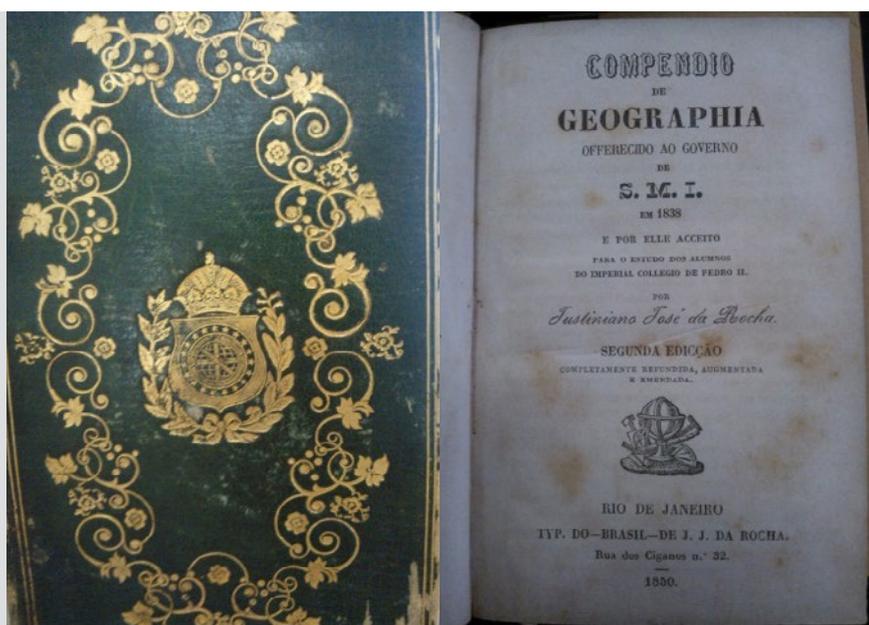
Livro de Registro de Nomeação de Professores e Empregados do Externato – 1858-1880.

Livro de Registro de Diplomas e Títulos de Professores e Empregados do Externato – 1858-1909.

Livro No 2 de Nomeações de Professores e Empregados – 1880-1890.

Relatórios Ministeriais

Relatório apresentado à Assembleia Geral na sessão ordinária de 1839 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios do Império. Francisco de Paula Almeida e Albuquerque. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1839.



Capa e Contra-capa da obra "Compendio de Geographia", de Justiniano da Rocha
Registro fotográfico: Corrêa, Márcio Ferreira Nery (2011)